



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
74ª REUNIÃO ORDINÁRIA

A septuagésima quarta reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório da AFOCEFE Porto Alegre-RS, no dia doze de março do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas. **Compareceram** os conselheiros: Luis Fernando Carvalho Perelló, Secretaria do Meio Ambiente - SEMA – Presidência; Luis Carlos Busato, SOP – vice-presidência; Julce Clara da Silva, Secretaria da Saúde - representante; Carlos Alberto Prade, Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico - SCIT– representante; Mirela Garaventa, Sistema Nacional de Recursos Hídricos - representante; Tânia Zoppas, Comitê Caí, titular; Renato Zenker, Comitê Camaquã, titular; Ivo Mello, Comitê Ibicuí, titular; Paulo Robinson Samuel, Comitê Gravataí, titular; Júlio Salencker, Comitê Pardo, titular; Mário Florisbal Damé, Comitê Baixo Jacuí, titular; Roberto Damásio de Carvalho, Comitê Santa Maria, titular; Adilson Steffen, Comitê Turvo, titular; Karla Cozza, Comitê Lagoa Mirim, titular. **Ausentes:** Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio; Secretaria dos Transportes – SEINFRA; Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã; Secretaria do Desenvolvimento e Promoção de Investimentos – SEDAI; Secretaria da Energia, Minas e Comunicações – SEINFRA; Secretaria Especial para Assuntos da Casa Civil; Sistema Nacional de Meio Ambiente; Comitê Lago Guaíba; Comitê Tramandaí; Comitê Apauê-Inhandava; Comitê Taquari-Antas; Comitê Quaraí. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** abriu a reunião saudando aos presentes e colocando que vai presidir a reunião porque o Secretário Neio tem uma agenda no Palácio do Governo. Salientou que a equipe é pequena e que quando assumiram decidiram dividir os “delicados”, por assim dizer. Explicou que ele está mais envolvido em outras áreas, que não a de recursos hídricos, mas que como Secretário Adjunto, procura acompanhar de uma forma mais macro os movimentos do CRH, como do próprio Departamento de Recursos Hídricos e do Fundo de Recursos Hídricos. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Como foi tudo encaminhado por e-mail, só vou ler os tópicos. Ofício da Câmara dos Deputados, do Centro de Estudos e Debates Estratégicos, falando sobre a consulta pública sobre os Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, pra propor alteração na Lei 9.433. Como estamos tratando da alteração da composição do CRH e alguns artigos da lei, seria interessante que os conselheiros soubessem disso. Os comitês sabem, mas os representantes das secretarias nem sempre tem acesso. Ofício do Fórum Gaúcho dos Comitês, nº. 019, com as novas indicações dos representantes dos comitês para as Câmaras Técnicas e para o CRH. Então temos conselheiros novos. Ofício da Secretaria de Obras Públicas indicando a nova representação para o Conselho, que é o Sr. Gilmar Carabajal e também novas indicações da SOP para as Câmaras Técnicas e Comitês de Bacia. Eu tenho a comunicar que a SOP não vai indicar mais pra todos os comitês, só para aqueles que estão com o Plano de Irrigação. Justificativa de ausência do Conselheiro Ivo Mello, do Comitê Ibicuí e do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Agora entregamos aos Senhores Conselheiros o ofício da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pesca, com a prestação de contas que não havia sido enviada a tempo para a reunião da CTPA, no dia 20 de agosto e o ofício solicitando o valor para o orçamento de 2014, que todas as secretarias nos mandaram por e-mail, mas eles não conseguiram antes e nos trouxeram em mãos. Temos também o processo sobre o grupo de trabalho de alteração do Conselho, que se reuniu no dia quatro passado. Foi bastante discutido e houve algumas outras sugestões no regimento interno, por parte do Sr. Eldo Frantz, do Comitê Santa Maria e foi acordado entre todos a inclusão da Secretaria da Pesca e da Habitação. Também ficou a cargo do Secretário fazer a articulação política necessária, pra ver qual a necessidade e se haveria interesse de colocar também a Secretaria da Fazenda na composição do CRH. Quanto a esse assunto, houve discordância na reunião passada, não querem alterar a lei neste momento. Tem essa alteração da lei nacional, que se for aprovado nós teremos que alterar a nossa de qualquer forma. O pessoal dos comitês no grupo de trabalho, nos preveniu que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 após o Encontro Nacional de Comitês que vai haver agora em outubro, que vai se pensar
55 nisso. Só que o grupo de trabalho acordou que a gente apresentasse a proposta hoje, que
56 incluísse na pauta, que eu já havia enviado antes. Conversando com o Secretário achamos
57 melhor que seja colocado primeiro com alteração, primeiro vemos a alteração do decreto
58 com a casa Civil, porque no decreto consta a composição. **Presidente Luiz Fernando**
59 **Carvalho Perelló:** esse assunto já está encaminhado na Casa Civil, nós só estamos
60 aguardando agora o encontro com o Governador, pra discutir mais diretamente com ele as
61 secretarias que o Governo entende que devem fazer parte do CRH. Então pra não fazer
62 duas discussões, ou ampliar essa discussão desnecessariamente, achamos mais oportuno
63 aguardar isso que deve ser dar nos próximos dias agora e, já pra próxima reunião nós
64 traríamos a composição por parte do Governo do Estado e aí poderíamos esgotar esse
65 tema. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Também foi deliberado que o
66 Secretário, como Presidente, consultasse a Secretaria da Agricultura se ela tinha interesse
67 em permanecer no CRH, porque ela esteve ausente nas seis últimas reuniões. Foi feito isso,
68 a SEAPA está aqui presente hoje e também vai providenciar as indicações para os comitês.
69 **Daniel Schmitz:** esse grupo de trabalho vem com o objetivo de tentar buscar algumas
70 adequações, dentro do processo de funcionamento do Conselho de Recursos Hídricos, e as
71 principais que a gente tem pleiteado a mais tempo era que, dentro de uma política de
72 participação da sociedade e Governo, é um dos únicos conselhos em todas as instâncias do
73 Estado e também daqueles que o próprio Estado cobra postura dos municípios quando
74 montam seus conselhos, que é da paridade. Essa dificuldade de ter paridade ela tem
75 decorrência na lei 10.350, onde na lei determina o número de comitês que estão lá no
76 conselho. Claro que com o aumento das secretarias esse processo do número de comitês
77 ser fixo, as secretarias tem buscado ocupar esses espaços, fazendo com que muitas vezes
78 haja uma distorção, uma disparidade de forças, de diálogo e de construção da política para
79 os recursos hídricos. Então se busca essa correção pra gente compreender, muita gente
80 talvez não tenha acompanhado esse processo. A leitura de todo grupo, as secretarias que
81 fazem parte desse grupo de trabalho, não só os comitês, quando se discute isso, se
82 conversou também com relação a alteração da lei. Talvez tenha muitas situações, numa
83 política de recursos hídricos que não está implementada totalmente nos seus instrumentos
84 de gestão e de planejamento, nós partimos já pra uma alteração de lei sem rodarmos o
85 sistema, era uma situação que no momento talvez não fosse cabível de levar pra
86 Assembléia Legislativa. Talvez pudesse haver compreensões um pouco diferentes sobre o
87 funcionamento, a eficiência e até pessoas que....(inaudível) a necessidade de fazermos
88 gestão de recursos hídricos. Então poderia se esperar de tudo. Dessa forma está se
89 buscando uma construção, claro que é uma posição muito política da Secretaria de Meio
90 Ambiente, do Governador, com suas outras secretarias, pra possibilitar esse entendimento
91 dessa leitura do funcionamento do órgão superior do sistema e solicitação de inclusão em
92 pauta de alteração da composição do Comitê Ijuí – aprovada a inclusão. **Secretária**
93 **Executiva Adjunta Carmem Silva: Item 02 – Aprovação da Ata da 71ª Reunião**
94 **Ordinária do CRH:** nós recebemos pedido de alteração do conselheiro Júlio Salecker, na
95 linha 628 e 687, escreve-se CERTEL e não CERTHEL. **Presidente Luiz Fernando**
96 **Carvalho Perelló:** colocou a ata em aprovação. Aprovada por todos. Só quero fazer uma
97 observação, para que fique claro sobre essa questão da composição. Na relação que
98 estamos construindo com os conselhos, naqueles conselhos em que a SEMA tem uma
99 ligação direta, CONSEMA e CRH, nós entendemos sim a importância da paridade, que fique
100 claro isso; não há como ser diferente, senão o conselho não pode cumprir o seu papel para
101 o qual foi criado. A gente deve perseguir essa paridade e a secretaria tem esse
102 entendimento, que fique claro isso. **Paulo Robinson da Silva Samuel** eu queria deixar
103 passar, mas eu não consigo, é algo que está dentro de mim, não consigo deixar as coisas
104 passarem sem me manifestar. O regimento interno diz e espero que eu esteja errado em
105 interpretar, diz que o Secretário do Meio Ambiente é o Secretário que preside a reunião e na
106 falta do Secretário é o Secretário de Obras, então ao meu ver o Secretário está em



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 exercício. Então ao meu ver esse conselho deveria ter sido agora presidido pelo Secretário
108 de Obras e está sendo o Secretário Adjunto, nada contra o Secretário Adjunto, mas é algo
109 legal e eu gostaria de ver sanada a minha dúvida. Porque a gente prima pelo aspecto legal e
110 eu fico com essa dúvida. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** existe um parecer
111 da assessoria jurídica da SEMA, porque antes não tinha a figura do Secretário Adjunto, no
112 governo leda é que criado isso. É como se fosse a mesma pessoa, eles tem as mesmas
113 atribuições e é legal. **Paulo Robinson Silva Samuel:** Então eu aproveito pra sugerir que
114 nessa mudança do regimento interno se discuta isso. **Secretária Executiva Adjunta**
115 **Carmem Silva:** foi discutido isso e até o Dr. Oscar Escher, que era Adjunto das Obras,
116 presidiu reuniões anteriores na ausência do Secretário do Meio Ambiente e do Adjunto do
117 Meio Ambiente. **Paulo Robinson Samuel da Silva:** eu lembro e das outras vezes eu
118 também me manifestei, não foi só agora. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:**
119 Isso já foi bastante discutido no grupo de trabalho. **Paulo Robinson Samuel da Silva:** eu
120 sugiro que o parecer do jurídico seja encaminhado para os conselheiros. **Secretária**
121 **Executiva Adjunta Carmem Silva:** tudo bem. **Item 02 – Expediente Administrativo nº**
122 **008972-0500/13-5 – Alteração da Resolução CRH nº 96/11, que estabelece critérios**
123 **para retirada de água para irrigação na Bacia do Rio Santa Maria.** é uma solicitação do
124 comitê Santa Maria para alteração do artigo quinto dessa resolução aprovada aqui no CRH.
125 Nós encaminhamos essa solicitação à CTIJ, eles examinaram e formataram essa minuta
126 que foi encaminhada aos senhores. **Roberto Damásio de Carvalho:** essa alteração só
127 surgiu pra ser feita no âmbito do comitê, porque a Barragem da Serrinha que foi
128 acrescentada, ela também é utilizada para abastecimento público na cidade de Dom Pedrito
129 e algumas vezes a Corsan não enviava umas informações de monitoramento as comissões
130 locais que existem na cidade de Dom Pedrito e Rosário do Sul, pra acompanhamento dos
131 níveis dos mananciais para abastecimento público. Então foi pedido pra que ele fosse
132 incluído nessa Resolução 96 a Barragem da Serrinha. Pra que sejam dadas as informações
133 do nível desse armazenamento lá. **Paulo Germano:** boa tarde a todos e obrigado pela
134 oportunidade. Nós gostaríamos de esclarecer algumas coisas aqui. O pessoal está pedindo
135 que o nível da Barragem da Serrinha seja indicado todo dia. Essa barragem não tem
136 influência direta no nível das captações superficiais lá. Essa barragem é utilizada para o
137 abastecimento e quando o pessoal precisa, para irrigação. Quero reiterar, ela não interfere
138 diretamente no nível do Santa Maria e do Ibicuí da Armada. Eu tenho a dizer o seguinte: é
139 inviável pra Corsan fornecer esse nível todo dia, são dezessete quilômetros, ter que ir e vir
140 todo dia demanda um operador pra fazer só isso. Então estamos solicitando que, em último
141 caso, se quiserem, que seja uma vez por semana, não todo dia, porque daí se torna
142 inviável. A última questão ainda é que se é para ter um controle dos mananciais, então que
143 se tenha controle de todos os barramentos da bacia, não só da Barragem da Serrinha.
144 **Roberto Damásio de Carvalho:** barramento não é utilizado para irrigação. Esse
145 barramento é um sistema para quando os níveis do rio estiverem muito baixos, no caso de
146 uma escassez, uma falta de chuva, aí é utilizado como uma reserva técnica que tem para
147 abastecimento de Dom Pedrito. O que acontece: em alguns momentos essa água estava
148 sendo utilizada, não estava sendo reservada, a Corsan estava lançando mão dessa reserva
149 mesmo quando havia disponibilidade no rio, onde é a captação original. Então a gente pediu
150 que tivesse um acompanhamento para que o comitê ficasse sabendo do uso dessa água.
151 Então, está sendo feito o uso quando poderia haver a possibilidade e deveria ser feita a
152 captação diretamente no rio, preservando a reserva para uma época de escassez quando
153 não tem água no rio. Por isso estamos pedindo que seja feito o acompanhamento do nível.
154 Existem duas comissões locais, uma na cidade de Dom Pedrito e outra em Rosário do Sul,
155 formada pelo comitê, sindicatos rurais, prefeituras, abastecimento público, Corsan, e
156 controla pelos níveis e em uma época de conflitos, eles são administrados pelos níveis
157 dessas réguas. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** Me parece que o que está
158 sendo questionado não é o mérito da proposta e sim a periodicidade da informação. **Paulo**
159 **Germano:** como dissemos a barragem não interfere diretamente no nível do manancial



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 superficial onde nós captamos. Nós entendemos que controlando os níveis do manancial
161 superficial, digamos a calha direta lá, o rio, controlando os níveis lá, já é o suficiente pra
162 termos uma boa ideia. A barragem da Serrinha realmente serve como um fusível, uma carta
163 na manga, uma reserva. Mas nós controlando os níveis dos mananciais superficiais diretos,
164 já é o suficiente. Entretanto, se realmente quisermos saber os níveis dos mananciais,
165 podemos fazer isso uma vez por semana, mas também teremos que saber de todos os
166 outros reservatórios, não só aquele lá da barragem da Serrinha. **Roberto Carvalho:** esse
167 barramento é no município de Dom Pedrito. Ele foi construído e cedido para uso pela
168 Corsan, para abastecimento público, no caso de haver escassez de retirada de água no rio,
169 porque existe aquele conflito de abastecimento público e produção rural, e lá nós temos
170 esses dois usuários, público e produção rural. Então a produção rural tentando amenizar
171 esse problema tem esse barramento lá, que não é usado para irrigação, ele é
172 exclusivamente para abastecimento público. Por que a comunidade gostaria de saber dos
173 níveis? Vou repetir. Por que quando tem água no rio, suficiente, a Corsan deve captar do rio.
174 Barramento é uma reserva para os problemas de escassez de água e, em alguns momentos
175 no ano passado, a Corsan utilizou a água desse barramento, que é uma reserva para uma
176 época de estiagem, numa época que havia disponibilidade de água no rio. A comunidade
177 em algum momento ficou sabendo desse nível e sabe que nós temos que guardar água,
178 para a época que precisa. Então a Corsan estava lançando mão dessas reservas numa
179 época que podia captar no rio. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** a Corsan
180 participou dessa discussão lá no comitê? E qual é o entendimento? Também se manifesta
181 da mesma maneira que o superintendente? **Roberto Carvalho:** A Corsan sempre participa.
182 Hoje a gente está tendo periodicamente as informações do barramento da Serrinha, então
183 não estou entendendo o problema da informação, porque hoje tivemos um entendimento lá
184 no comitê, com a Corsan local e esses números estão sendo passados, apenas queremos
185 colocar na resolução, porque em algum momento já teve um argumento que, *como não está*
186 *na resolução, nós não precisamos informar.* Mas não é bem assim, eu acho que todas as
187 águas que são de uso, principalmente público, a comunidade tem direito. **Presidente Luiz**
188 **Fernando Carvalho Perelló:** essas informações de réguas já estão sendo passadas então?
189 E com que periodicidade? **Roberto Carvalho:** estão sendo passadas diariamente.
190 **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** então é possível. **Roberto Carvalho:** essas
191 informações vêm para o comitê, a Corsan repassa o nível do Ibicuí da Armada na cidade de
192 Rosário do Sul, do Rio Santa Maria em Rosário do Sul, do Rio Santa Maria em Dom Pedrito
193 e da barragem da Serrinha. **Mário Rangel:** boa tarde a todos. Eu conheço lá os três
194 mananciais e, a barragem da Serrinha como é um manancial de reserva, claro tem o
195 controle, tem a régua lá, agora repassar a medida de nível do manancial diariamente, o que
196 feito somente nas vezes que há um grande problema de estiagem, eu acho que é contra-
197 senso. Se forem repassados esses níveis numa periodicidade de uma semana, eu acho que
198 sim, porque ele não tem grande variação. Agora, quanto ao Ibicuí da Armada e o Santa
199 Maria, eu concordo que seja feito diariamente, como é e, estão lá os dados registrados. Eu
200 acho que Resolução como está colocada aqui, como eu não participo do comitê, não sei
201 como o representante da Corsan agiu e a gente sabe que muitas vezes vai a votação e um
202 membro é derrotado, normal. Só que eu acho que essa resolução, assim como está
203 colocada, não vai somar nada no acompanhamento desses níveis da barragem da Serrinha.
204 **Júlio Salecker:** gente, eu sinceramente não entendo. Eu sou representante dos geradores
205 de energia e nós somos obrigados a ter régua on line, na web. Então eu não sei por que a
206 Corsan quer, não quer, pode ser só daqui a sete dias. É estranho, porque o certo era ter
207 essa informação boca livre, isso é público. **Paulo Robinson Samuel:** estou vendo que está
208 tendo duas posições. Uma do comitê, que o colega Roberto traz e pelo que eu entendi a
209 Corsan está utilizando aquela água do período de estiagem, que não precisaria tirar do
210 manancial principal, correto? Essa informação chega pra nós e a minha manifestação é de
211 que, em cima do Gravataí nós também temos um problema, que talvez tenha que ver
212 melhor, investigar, conversar, a superintendência e vocês. Tu tem um nível, tu tem uma



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

213 quantidade de água lá manancial, mas às vezes, em função da turbidez e outros problemas,
214 tu tenha que captar, não estou defendendo, mas é um problema que acontece no Gravataí
215 e a gente está trazendo aqui. Talvez essa água esteja melhor, com melhor qualidade, então
216 o tratamento é melhor, tu gasta menos produtos químicos, tem menos problemas lá na ETA
217 e tu consegue abastecer melhor. Então pode ser uma situação dessas, que daí a companhia
218 vai lá e retira desse manancial. Não sei se isso é primordial de nós votarmos agora ou trazer
219 e esclarecer melhor essa situação e aí ver com a superintendência. Não vai dar pra colocar
220 a coisa como o colega diz, de um nível, mas para no próximo ano colocar um nível lá pra se
221 ter on line. No saneamento hoje é algo bem simples, claro tem o custo de licitação, todos
222 aqueles problemas, mas pode ser embutido pra resolvermos esse problema da região.
223 Então, é mais também uma posição e talvez um encaminhamento dessa questão. **Paulo**
224 **Germano:** Eu só queria esclarecer que os níveis onde nós temos obrigação nas resoluções
225 estão on line. Não dá pra ver todos aí, mas é só entrar na internet da Corsan, clicar em nível
226 do manancial e lá está o Gravataí, Santa Maria e o Sinos, todos on line. **Presidente Luiz**
227 **Fernando Carvalho Perelló:** Nos temos essa proposta de encaminhamento do Paulo e o
228 que precisa ser levado em conta, eu trabalho bastante com geração de informação, e o que
229 precisa ser avaliado é até que ponto essa informação diária, ela tem uma importância
230 substancial nas tomadas de decisão, porque senão a gente gera um esforço desnecessário
231 pra produzir a informação, quando na verdade ela pouco vai acrescentar. Eu estou aqui só
232 ponderando essa questão da necessidade. Possivelmente a comunidade lá e o comitê já
233 deve ter feito essa avaliação, tanto que está insistindo com a informação diária. Temos uma
234 proposta de encaminhamento do Paulo que é jogar essa discussão pra próxima reunião e aí
235 então a gente esclarecer, porque parece que tem duas posições antagônicas, a Corsan local
236 e a superintendência. Assim fica difícil encaminhar ou forçar uma votação nesse sentido,
237 porque primeiro tem que resolver em casa o problema e, segundo o Paulo coloca, existem
238 outras questões que determinam a captação, pelo que eu estou entendendo, num
239 determinado local e momento, por conta de aspectos físicos, tais como turbidez e coisas
240 desse tipo. Colocamos em votação a sugestão que se traga esse tema na próxima reunião,
241 com mais conteúdo para que os conselheiros possam decidir e aí a Corsan precisa trazer
242 mais elementos também, mas principalmente esclarecer essas duas posições. Tem a
243 questão local lá, que se diz inclusive segundo o comitê, já está informando diariamente, aí
244 me parece que esse problema estaria num primeiro momento resolvido, então não tem por
245 que. E outra é a própria necessidade, eu só chamo atenção nisso, às vezes a gente gera um
246 gasto desnecessário com geração de uma informação, e se for de três em três dias ou
247 semanal, não muda muito. Outra questão é o que também precisa ser avaliada é, me parece
248 que temos um período que é nitidamente crítico, que seria um período que vai de outubro a
249 fevereiro. Bom, quem sabe as informações nesse período do ano pudessem ter um
250 espaçamento menor e nos demais não. Então acho que tem muito espaço de manobra, mas
251 antes poderia esclarecer essa questão das duas posições, da Corsan local e da
252 superintendência. Colocamos em votação quem aprova esse encaminhamento. Aprovado
253 por unanimidade. **Item 03 – Indicação do Secretário Executivo do Fundo de**
254 **Investimento em Recursos Hídricos/RS: Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:**
255 Estamos num processo de qualificação de um modo geral e aprimoramento de vários
256 setores da SEMA, apesar das dificuldades que temos, que os senhores sabem, de
257 funcionários, enfim. Dentro dessa proposta tem um olhar diferenciado para os conselhos. Já
258 estamos trabalhando no Consema pra fazer algumas alterações também, que tornem o
259 conselho mais ágil e que possa de fato ajudar na discussão das questões da gestão
260 ambiental no Estado. Com relação aos recursos hídricos, a gente sabe das dificuldades que
261 temos no andamento das questões do fundo. Pra isso nós convidamos pra ocupar a
262 secretaria do fundo o Macagnan, que alguns dos senhores já conhecem. Eu gostaria que ele
263 brevemente se apresentasse, ressaltando que ele vai conduzir daqui pra frente as questões
264 de cunho administrativo e financeiro do fundo. **Roberto Macagnan:** Boa tarde a todos. Eu
265 estou atuando na Secretaria de Meio Ambiente há pouco tempo, mas no sistema ambiental



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 mais tempo, a partir de atividades que desenvolvi na Fepam. Sou formado em
267 Cooperativismo e Administração de Empresas e tenho Mestrado em Economia. Atuei
268 durante vinte e cinco anos como professor na Unijuí, me demiti pra vir dar uma contribuição
269 aqui no Estado, nos órgãos ambientais. Se tiverem alguma questão, alguma dúvida sobre a
270 minha formação, estou a disposição do Conselho. O Conselho é que tem o papel de fazer a
271 gestão dos recursos hídricos do Estado e o fundo é um instrumento estratégico e
272 fundamental para que se consiga fazer essa gestão. **Paulo Robinson Samuel:** Quero dar
273 as boas vindas em nome do comitê Gravataí, demais colegas do sistema e dos
274 conselheiros, ao Macagnan, um excelente currículo acadêmico, professor, que seja bem-
275 vindo! Quero deixar um desafio pro senhor, o comitê Gravataí está com um processo há
276 mais de quatro anos, da mais do que uma tese de doutorado aí. Então gostaria que o nosso
277 convênio de manutenção fosse tirado das prateleiras aqui da Sema, do DRH. Eu gostaria de
278 mais uma vez enfatizar o trabalho e o apoio da ABES, a qual eu represento no comitê
279 Gravataí, que nesses quatros anos e meio que estou na frente do comitê, como presidente,
280 tem me bancado. Então eu acho que não é justo pra nossa associação; nós somos
281 parceiros do sistema, fizemos os elogios quando tem que ser feito, colaboramos e fizemos
282 as críticas quando tem que ser feito. Então Macagnan, gostaria de deixar esse desafio,
283 como ex professor universitário, de tirar essa tese aí de dentro e com certeza dá mais teses
284 dentro da nossa função acadêmica e também a universidade que tem sempre me liberado
285 nas minhas andanças. **Roberto Macagnan:** O fundo tem uma das funções que é contribuir
286 pra manutenção dos comitês e eu penso que ele deva ser utilizado de uma forma ágil. Mas
287 nós também temos que saber que esse é um desafio conjunto, nosso e dos comitês.
288 Estamos lidando com recursos públicos e temos que trabalhar dentro da processualidade e
289 da legislação, de forma que a gente consiga de fato dar conta desses desafios, que não são
290 fáceis de resolver. Como não tínhamos, no período recente secretário executivo, isso criou
291 algumas dificuldades maiores pra viabilizar esses repasses. Então, fica aqui o meu
292 compromisso de que eu vou tentar o máximo possível, encaminhar de forma que os comitês
293 tenham de fato os seus instrumentos de sustentação e o fundo contribua pra isso. Porque os
294 comitês têm um papel estratégico no sistema e o fundo ele é, para investimentos sim, ele é
295 importante para os investimentos, mas também eles devem contribuir para a manutenção
296 dos comitês, pelo papel que eles têm. **Mário Rangel:** Gostaria de novamente manifestar
297 minhas boas vindas ao Secretário, que é uma pedida já muito antiga, sou presidente da
298 CTPA e nós temos um problema muito sério que é a questão da execução desse fundo.
299 Temos secretarias envolvidas e muitas vezes há um descompasso entre o que é arrecadado
300 pelo fundo e o que é realmente executado. Então parabênizo a Secretaria e agora que
301 temos um secretário. É toda aquela política que envolve, porque não é só números, não é
302 só cifras, é a questão política de saber resolver, de saber ver qual é o melhor caminho pra
303 se chegar à execução do orçamento. Então saúdo a sua chega e que tenha um bom
304 trabalho. **Júlio Salecker:** seja bem vindo secretário, há tempo estamos esperando isso, eu
305 também faço parte da CTPA e como representante dos geradores de energia; a princípio
306 quem aporta dinheiro ao fundo são os geradores de energia, das grandes hidrelétricas,
307 desejo muita vontade, muita disposição, a briga é bonita e tem certas regras. Tem uma
308 resolução que define o quanto deve ir pra cada secretaria, que não vem sendo cumprida e
309 tem sido uma das nossas colocações é que justamente não é porque alguém está fazendo
310 algo errado ou não, mas é porque daqui um pouco té faltava gestão em cima disso. Então
311 quero desejar que tenha muita força, sabedoria e beleza pra que consiga puxar esse
312 carrinho. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** colocou em aprovação a indicação
313 do Sr. Roberto Macagnan para Secretário do FRH. Aprovado por todos. O tempo joga contra
314 a gente, mas vocês podem ter certeza que a vontade nossa de acertar é muito grande, ela é
315 enorme. Mas estamos dentro de uma estrutura de Estado e que existem todas as
316 implicações por conta disso. Também é importante os senhores saberem é que a relação da
317 Secretaria de Meio Ambiente, hoje com o centro de Governo, é uma relação extremamente
318 boa e estamos ultimamente extremamente valorizados. Nós temos vários encaminhamentos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

319 e temos ouvido muito sim; haja visto que uma das principais reivindicações do corpo
320 funcional da Secretaria, era com relação a correção de uma defasagem salarial que era
321 espantosa. Esse pedido foi feito ao Governador há quarenta dias, mais ou menos, e a
322 maneira como se colocou pra ele, com clareza, transparência, dizendo da dificuldade de
323 conduzir qualquer coisa dentro da Secretaria, com funcionários desmotivados, recebendo o
324 que recebiam e em quarenta e oito horas nós tivemos a aprovação de um adicional de
325 sessenta por cento para os funcionários Vocês não imaginam como isso repercutiu aqui
326 dentro, mudou a cara da Secretaria. Hoje estamos muito motivados por conta disso e é isso,
327 a vontade de acertar é muito grande. Estamos materializando essas coisas, como eu disse o
328 tempo joga contra, mas vamos lá. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva: Item 04 –**
329 **Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos –**
330 **FRH/RS – Exercício 2014: Diretor Marco Mendonça:** Boa tarde a todos. Na última sessão
331 da CTPA, nós discutimos a partir do valor que a Secretaria de Planejamento nos indicou
332 como teto de 2014, quais seriam os investimentos que se fariam. Os senhores podem
333 perceber que, afora algumas questões de natureza legal, que são as publicidades do CRH,
334 PIS/PASEP e tal, a maior parte dos valores são relativos a investimentos em planos de
335 bacia. Nós temos valores residuais a serem pagos de contratos que estão sendo feitos
336 neste ano, que é o caso do Sinos, Guaíba, Caí, Tramandaí, Baixo Jacuí, Camaquã, Santa
337 Maria e o Apuaê-Inhandava. Depois tem a questão da instalação e manutenção da rede de
338 monitoramento, isso faz parte de um acordo com a Agência Nacional de Águas, que vai nos
339 doar trinta e oito estações telemétricas de monitoramento. Essas estações vão ser
340 instalados prioritariamente em áreas onde ocorrem eventos extremos aqui no Estado, onde
341 a resposta é muito rápida e é preciso ter uma informação também gerada rapidamente. Nós
342 vamos ganhar as estações, mas a instalação ficará por nossa conta. Aqui tem o item
343 instalação e manutenção das rede de monitoramento. A sala de situação faz parte desse
344 acordo com a ANA, recebemos equipamentos da ANA, que estão instalados aqui no décimo
345 quarto andar, até se alguém quiser fazer uma visita posteriormente. A ideia da sala de
346 situação é, fornecer não informações meteorológicas, porque pra isso tem vários órgãos,
347 tanto do Estado, como particulares; mas informações pra usar a intensidade de eventos, que
348 a gente informa a Defesa Civil previamente e precisamos também monitorar esses eventos,
349 porque a idéia é que essa sala de situação nos auxilie a tomar medidas antecipadamente
350 com relação a chegada de eventos extremos, chuvas intensas, mas também vai servir para
351 estiagens. Essa rede vai ser necessária para fazer esses levantamentos em algumas bacias
352 onde a resposta é muito rápida. Quanto ao sistema de informações, nós estamos concluindo
353 o termo de referência pra contratação, é uma necessidade prevista em lei, que é um dos
354 instrumentos de gestão de recursos hídricos, que passa pra além da questão de
355 simplesmente informatizar a outorga. Os senhores sabem que a outorga hoje é
356 eminentemente, nós usamos o termo cartorial, porque ela não tem incorporado um sistema
357 de informação que me diga exatamente, ou próximo, qual é a real disponibilidade de água
358 naquele curso d'água. Então é preciso ter um sistema de informação que me dê esse
359 suporte, ele vai pra além da outorga, mas é uma das principais necessidades hoje. Os
360 convênios de manutenção dos comitês, que a gente colocou aquele valor, eu quero deixar
361 claro que a partir daquele teto que a SEPLAG nos colocou, nós vamos buscar e isso o
362 Macagnam vai nos ajudar. A gente quer gastar isso aqui e mais um pouco. A partir do que a
363 gente conseguir executar se pode buscar suplementações. Então se colocou a maior parte
364 de recursos em planos de bacia e também nos convênios de manutenção dos comitês, que
365 também são prioridade. Esse convênio com o IPH, nós estamos discutindo, os senhores
366 sabem que vamos ter concurso público pra SEMA, agora no segundo semestre. Pro DRH
367 deve ingressar cinquenta novos servidores, são quarenta e dois técnicos e o restante são
368 administrativos. Esses técnicos vão ocupar funções existentes na DIPLA pra
369 acompanhamento de plano de bacia e pra Outorga, mas também vão atender no interior. A
370 nossa intenção é dispor de dois técnicos do DRH em cada balcão de licenciamento hoje
371 existentes no interior, que é nos municípios de Tramandaí, Santa Cruz, Caxias do Sul,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

372 Passo Fundo, Santa Rosa, Santa Maria, Alegrete e Pelotas. Então, estamos fechando um
373 convênio de capacitação pra esses técnicos. A proposta do IPH é fazer um curso de
374 extensão de Gestão de Recursos Hídricos direcionado aos servidores do DRH. A idéia é
375 com o ingresso desses servidores novos eles já possam fazer esse curso, que vai ter vários
376 módulos, pra ajudar na capacitação dos servidores. Despesas correntes desse valor total
377 são as despesas principalmente com convênios e contratação de consultoria. E as despesas
378 de capital são relativas a aquisições. Tem alguns comitês que estão com necessidades de
379 aquisições. Só para o pessoal entender, é preciso fazer agora essa diferenciação quando se
380 vai comprar equipamento, ou algo do gênero, tem que se diferenciar, porque senão depois
381 orçamentariamente tem que fazer uma modificação. Nós adequamos, as nossas
382 necessidade são bem maiores do que essas, mas em função dessa limitação orçamentária
383 que está colocada, nós adequamos o que foi possível encaixar nesse teto, mas é um teto
384 muito baixo, a gente precisa passar desse teto. A nossa intenção é que a gente consiga
385 executar esses valores e buscar mais recursos do fundo para nós, porque tem mais planos
386 de bacia que precisam ser continuados e outros investimentos que são necessários. Então
387 essa é a proposta que a gente fez pra se adequar ao que a SEPLAG nos passou.
388 **Secretária Executiva Carmem Silva:** Marco, na última reunião da CTPA ficou acordado
389 que a gente ia colocar todos os projetos, tu esqueceste disso, só que o sistema não aceita
390 e teve que ser no teto que a SEPLAG nos passou. Eu acredito que todas as Secretarias
391 devem ter feito isso. **Tânia Zoppas:** eu gostaria de conversar com o Marco um pouco sobre
392 essa questão dos convênios. O Caí é um que já está encaminhando o novo plano de
393 trabalho, pelo novo valor de cem mil reais. Ao meu ver, naquele valor ali estariam somente
394 dez comitês com a possibilidade de já fazer um convênio com esse novo valor. Essa
395 questão que tu levantou, que pode ser buscado mais recursos, como é que nós
396 ficamos...(inaudível)? Espera que mais de dez por cento vão conseguir? **Diretor Marco**
397 **Mendonça:** Dos vinte e cinco comitês que nós temos, metade mais ou menos hoje tem
398 convênios e boa parte deles é de valores antigos, de cinquenta mil. O ideal pra nós seria
399 reservar dois milhões e meio pra garantir cem mil para todos, mas isso parece pouco
400 provável. Geralmente pra ti ter, vamos dizer assim, argumentos pra pedir suplementação
401 tem que estar com grau de execução alto e o nosso tem sido baixo como o de outras
402 Secretarias. Não é nossa intenção, de forma alguma, estacionar em dez convênios, mas se
403 nós tivéssemos uma reserva de dois milhões e meio, correríamos o risco muito grande de
404 ter que cortar de outros planos, de outros projetos e não buscar. A gente quer, não é bater
405 no teto de um milhão e parar, a gente quer superar, mas tem muitos convênios hoje que são
406 nesse valor de cinquenta mil. Pela interpretação que a CAGE fez, seria possível fazer uma
407 rescisão amigável desses convênios, vamos chamar assim, e já se adequar ao novo valor,
408 pra aqueles que necessitarem. O comitê não é obrigado a aumentar o seu valor, quem
409 quiser fazer essa adequação ao plano de trabalho, não há problema. Por exemplo, hoje até
410 julho, nós tínhamos só quatrocentos mil reais liberados de convênios, nossa intenção é
411 ultrapassar em muito esse valor. **Tânia Zoppas:** Porque quando o comitê Caí procurou
412 orientação no setor de convênios da SEMA, no início do ano, foi sugerido que
413 solicitássemos o cancelamento desse valor de cinquenta mil e já partisse pra um novo.
414 Então acho que se todos os outros comitês vão receber essa mesma recomendação, a
415 maioria vai querer encerrar o de cinquenta mil e buscar um novo valor. **Diretor Marco**
416 **Mendonça:** Eu acho que é possível fazer isso, eu só queria atentar pra uma questão. Nós
417 tivemos problemas com alguns comitês porque enquanto eu rescindo um convênio e abro o
418 seguinte, nesse intervalo eu não tenho como cobrir despesas do comitê, não tem como abrir
419 um novo e pagar as despesas anteriores. Só para o pessoal atentar, até aprovar um novo,
420 não dá pra prender a respiração, mas a gente vai ter que ver uma forma de resolver isso.
421 Nesse sentido, além da chegada do Macagnam, nós tivemos a liberação de três
422 administradores, que estão vindo pra SEMA, foi mudado também o Diretor Administrativo
423 recentemente e tem mais um assessor superior da área administrativa que está vindo. Então
424 a gente vai ter um reforço muito grande aqui dentro na parte administrativa da SEMA, o que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

425 tende a resolver esses problemas de atraso que temos hoje. Quem quiser modificar o seu
426 convênio, a gente tem que pensar numa metodologia pra não espaçar demais entre o tempo
427 da rescisão e a abertura do próximo, porque é impossível legalmente ressarcir as despesas
428 do comitê nesse período. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** eu informalmente
429 conversando com a Lourdes, do Departamento Financeiro da SEMA, ela me disse que não
430 é a favor de rescindir o antigo, ela acha que pode dar problema e vocês ficarem descobertos
431 por muito tempo. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** Acho que já podia dar uma
432 encaminhada nessa informação, ao jurídico, para na próxima reunião tentar trazer alguma
433 coisa. **Gilmar Carabajal:** Boa tarde a todos. Vou passar o orçamento do Departamento de
434 Irrigação da Secretaria de Obras, do Departamento Desenvolvimento Urbano, também
435 dentro da SOP. No ano de 2013 nós fizemos o PIUMA, Plano de Irrigação e Usos Múltiplos
436 da Água, no contexto do Estado do Rio Grande do Sul e agora foi feito um convênio junto
437 com o Ministério da Integração Nacional. Agora nós temos que fazer a apresentação e
438 execução de alguns TIUMAS, que são os Territórios de Irrigação. A Bacia do Santa Maria foi
439 o segundo que foi implantado, no Gravataí está sendo implantado e está sendo feita uma
440 previsão para implantar outros, em outros comitês de bacia. Dentro do nosso projeto tem um
441 valor referente à implantação desses programas. Além disso, dentro do Departamento de
442 Irrigação, nós temos, casualmente hoje pela manhã quando eu escutava o Bom Dia Rio
443 Grande, o Governador esteve em Brasília e fez um anúncio referente às obras das
444 barragens que estão com previsão de sair. Desde o início do governo nós estávamos
445 fazendo tratativas para execução disso. Nós temos hoje duas barragens sendo executadas
446 na Bacia do Santa Maria, a Barragem do Taquarembó e a do Jaguari, que agora nós
447 conseguimos fechar um convênio pra conclusão delas. E tem mais quatro obras que temos
448 em Desenvolvimento dentro do Ministério da Integração. Inicialmente nós tínhamos esse
449 recurso da contra partida do Estado, ele era todo bancado pelo Fundo, no montante de vinte
450 por cento. Com tratativas com o Ministério da Integração nós conseguimos reduzir o valor
451 para um por cento. Então no item 5442, são quatro barragens, a barragem do Passo da
452 Serraria, que fica na Bacia do Santa Maria, na divisa de Bagé com Dom Pedrito. Tem uma
453 barragem do Rio Soturno, que fica em Nova Palma, Faxinal do Soturno. A barragem Santa
454 Bárbara nós vamos retirar ela da relação, porque ela tem problema ambiental, que nós não
455 conseguimos, foi constatado pela FEPAM que existe uma área de preservação. Tem a
456 barragem dos Trancados, que fica em Sarandi e a barragem São Sepé que fica no Rio São
457 Sepé. Essa duas barragens, São Sepé e Passo da Serraria, hoje nós conseguimos o retorno
458 e está sendo aprovado pelo Ministério da Integração. O montante dessas duas barragens é
459 em torno de oitocentos milhões que vai ser investido pelo Ministério da Integração e nós
460 temos que entrar com o valor da contra partida que é de um por cento. Então, esses valores
461 que foram fornecidos em relação às barragens seriam para fazer contra partida pra isso aí.
462 Além disso aí, dentro do Departamento nós temos outros serviços; a parte de
463 desassoreamento e macro drenagem, os diques de contenção, rede de abastecimento
464 d'água e a conclusão dos dois canais das barragens Jaguari e Taquarembó, que também
465 ficam na Bacia do Santa Maria. Nosso orçamento que foi colocado era de quatorze milhões,
466 onze mil, setecentos e dezesseis reais. Quanto a não se aplicar o percentual definido, é que
467 esse valor eu tinha definido, pela SEPLAG, para cada uma das Secretarias. É o valor que foi
468 fornecido para nós. **Paulo Robinson da Silva Samuel:** Só um esclarecimento, lá no item
469 despesas com capital aparece o valor de cento e cinquenta mil. Gostaria que explicasse,
470 porque despesa de capital é despesa com dinheiro. **Gilmar Carabajal:** Dentro do sistema
471 do FPE existem códigos e no caso o código 04 seria despesa de capital, pra quem será
472 aplicado esse recurso? Esse recurso vai ser aplicado como contra partida para o
473 investimento do recurso que vai vir da União. Todos esses recursos que nós temos aí, esse
474 cinquenta mil e cinquenta é referente a um por cento do valor. Estamos recebendo cem
475 milhões da União e entrando com um recurso de um milhão de contra partida. Esses seriam
476 os valores referentes as despesas que nós temos. Estamos recebendo em obras. Hoje
477 temos quatro novas obras, a barragens Passo da Serraria e a São Sepé está sendo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

478 aprovado oitocentos e sessenta milhões. Hoje o Governador está em Brasília, recebi hoje
479 pela manhã do técnico do Ministério que estava saindo uma nota técnica de lá, informando
480 que estava sendo liberado recurso pra nós dessas duas barragens. E temos mais duas
481 outras barragens, a do Trancado e de Soturno, além dos outros canais e a conclusão da
482 obra. O Montante que nós temos para mobilizar, que é os convênios com o Ministério da
483 Agricultura, é um bilhão e quatrocentos milhões de reais, aí nós temos que arcar com
484 recurso da contra partida de um por cento. Hoje dariam cem milhões de lá, o restante já está
485 previsto em cada um dos orçamentos, a rubrica para os valores. **Paulo Robinson da Silva**
486 **Samuel:** Entendi, então é contra partida de valores de convênios com a União. Por isso a
487 minha dúvida e eu pedi esclarecimento, porque no conceito de contabilidade, despesa de
488 capital é outra coisa. É bom explicar, porque nós não estamos familiarizados com as
489 nomenclaturas da Fazenda, obrigado. **Júlio Salecker:** Talvez muitos ainda não tenham tido
490 acesso a informação, o que a SEPLAG fez pro ano que vem, já colocou "X" milhões pra
491 cada Secretaria, ela considerou um total de trinta e quatro milhões. Se ela tivesse cumprido
492 a resolução que está em vigor pra uso do dinheiro do fundo de recursos hídricos, teria que
493 ter destinado cinquenta e cinco por cento pra SEMA. Isso está na resolução e não está
494 cumprindo, consta aqui que a SEMA tem oito milhões. Então de trinta e quatro, vamos dizer,
495 dezoito, dezenove milhões deveriam ser da SEMA. Então nós já estamos com um erro legal
496 aí. Ou se mexe na resolução ou vamos cumprir ela. Por mais que a SEPLAG "mande nisso",
497 é um fundo federal, que tem regras próprias. **Roberto Macagnan:** eu acho que temos dois
498 movimentos importantes aqui que temos fazer em relação a esses recursos pra despesa de
499 capital. Sabemos que boa parte deles não vão ser utilizados, já tem barragem aí que não
500 conseguiu licença, eles estão reservados pra uso, pra esse fim. Um movimento importante
501 que devemos fazer é o acompanhamento da execução entre SEMA, FRH e as Secretarias
502 que utilizam esse recurso do fundo como contra partida, e aqueles recursos que não foram
503 utilizados no processo, que a gente tenha condições de realocá-los pra uso de manutenção
504 dos comitês por exemplo, de despesa corrente, isso é possível, desde que a gente tenha
505 esse acompanhamento e negocie. Depois sim é com a Fazenda, não é mais como
506 Planejamento, porque o Planejamento planeja, a execução é outra coisa. Nosso desafio é
507 executar cem por cento do fundo e a gente vê que este fundo está muito pouco, mas a
508 maior parte que a gente executa é despesa corrente. O problema é despesa de capital. E
509 outro movimento que nós temos que fazer também é discutir com o Planejamento o uso
510 desse recurso e com as Secretarias envolvidas, pra que a gente de fato debata o uso do
511 fundo entre os entes do estado envolvidos. Uma parte pra investimentos necessários e outra
512 parte pras despesas correntes. Eu acho que esses movimentos de articulação política nós
513 podemos e devemos fazer. **Gilmar Carabajal:** o orçamento que é feito pra nós, que
514 aconteceu nesse ano, tínhamos quarenta milhões e desse recurso só foi liberado dezoito
515 milhões. O que é feito aqui no orçamento não é o que corresponde ao que nós utilizamos
516 durante o exercício legal. No orçamento do ano passado eu tinha vinte e um milhões, pras
517 obras, que nós não conseguimos fazer obras, até por questões de orçamento, e foi liberado
518 pela Fazenda uma cota de oito milhões e meio de reais. Não lembro bem, mas acho que pra
519 SEMA foi liberado seis milhões e meio, dois milhões pra SDR e pra SEHABS também dois
520 mil milhões e os orçamentos deles todos eram acima de cinco milhões, quatro milhões e
521 pouco. O planejamento que a gente tem é bem diferente do que é executado, não às vezes
522 por causa das secretarias e sim porque quando pegam as solicitações de recursos
523 orçamentários, pra fazer as liberações das SROs dos recursos, a Fazenda acaba não
524 liberando pra nós. Ela libera uma cota, e dentro dessa cota a gente tem que trabalhar com
525 projeto que a gente tem. O que a gente coloca aqui não é a realidade do que a gente
526 consegue executar. **Margareth Vasata:** na verdade a execução orçamentária ela é bem
527 complicada. A minha experiência na casa não é a orçamentária, eu não trabalho com isso,
528 eu trabalho com financiamento e por isso que eu posso dizer, via de regra, que o
529 planejamento que as secretarias fazem é muito otimista. A secretaria planeja fazer três
530 barramentos em tais e tais locais e otimisticamente vai gastar cinquenta milhões de reais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

531 Na prática ela não consegue executar os cinquenta milhões, é ou não é? Tem, vamos dizer
532 assim, um controle da Secretaria da Fazenda na liberação de SROs, porque eles ficam
533 controlando um dinheiro que é escasso. Mas via de regra, quando também tem o dinheiro,
534 não se consegue executar o que foi planejado. Então não é uma conta tão simples assim. O
535 planejamento nesse momento está fazendo o orçamento pro ano que vem, chama cada
536 secretaria, sentam juntos, existe uma limitação, que é de receita, uma receita que é
537 estimada também, depois a receita também não acontece. Então eu quero dizer o seguinte:
538 tudo isso aqui, está previsto aqui. Um por cento, melhor recurso que esse não existe. Um
539 recurso que vem noventa e nove por cento a fundo perdido e tu só entra com um por cento,
540 é um recurso excelente. Mas o que acontece, tu está prevendo que vai executar tudo isso
541 aqui no ano que vem, cem por cento dos canais da irrigação, mas não vai executar cem por
542 cento! Vai começar a obra, que vai começar a pagar no ano que vem e que vai concluir no
543 outro ano, sei lá quando, tudo dependendo do prazo. Então tem tudo isso nessa questão do
544 planejamento, só pra deixar bem claro isso. Como o Macagnan colocou muito bem, a
545 execução orçamentária é baixíssima. A média histórica de execução, fazendo a média de
546 todos os anos, não chega a cinquenta por cento. Exemplo: tu põe no orçamento para gastar
547 cinquenta milhões e efetivamente tu gasta vinte e cinco milhões e não é só porque a
548 Fazenda segura, tem “n” fatores pelos quais não se executa um orçamento, são muitos: é o
549 convênio que não se assina, a licitação que demora, ela entra com recurso, a burocracia do
550 Estado é gigantesca, é complicadíssimo. Eu quero dizer o seguinte: a questão dos
551 cinquenta e cinco por cento, eu acredito que possa ser conversado com a SEPLAG, eu
552 imagino que a SEPLAG não sabe que tem que deixar cinquenta e cinco por cento pra
553 SEMA, que o CRH entendeu que é a melhor destinação. Bom, então vamos rever. Mas de
554 repente aqui a SOP consegue gastar melhor o recurso nos barramentos, enfim. É uma
555 decisão que tem que ser tomada, mas se pode alocar cinquenta e cinco por cento dos
556 trinta.....(inaudível) mas as Secretarias tem condições de gastar todos esses recursos.
557 **Daniel Schmitz:** A pergunta é a seguinte: as Secretarias tem onde gastar isso? **Margareth**
558 **Vasata:** exato, então é melhor que seja aplicado aqui. Eu só queria dizer que não é tão
559 simples assim, não é uma conta fácil de ser feita. **Presidente Luiz Fernando Carvalho**
560 **Perelló:** Se existe uma resolução determinando os percentuais, a gente deve perseguir isso.
561 E aí constatando que não há capacidade, em função desses vários fatores aí, não há
562 capacidade de execução física, e que não há mesmo muitas vezes, por questão operacional
563 mesmo. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Eu gostaria de relembrar aos
564 conselheiros que estavam aqui em 2011, que houve problema com cortes. Não sei se a
565 Margareth Vasata lembra, na época nós chamamos o José Maia, Diretor de Orçamento da
566 Seplag, e questionamos ele, porque a CTPA construiu com os comitês o orçamento para o
567 ano seguinte, nós aprovamos e fomos até chamados de precipitados. Foi publicada a
568 resolução, acho que foi aprovada em junho, o orçamento sofreu cortes e tivemos que
569 adaptar e trabalhar em cima do corte. O que aconteceu aí? O José Maia disse que ele não
570 tinha conhecimento, que aquela resolução deveria ter sido encaminhada pra SEPLAG. Na
571 época o Fabrício era Diretor Administrativo da SEMA e se responsabilizou, dizendo que
572 cometeu um equívoco, aqui também não se sabia. A gente acha que todo mundo lê o Diário
573 Oficial todos os dias. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** Precisamos aprimorar
574 essa comunicação aí, isso vai ser papel do Macagnan. **Daniel Schmitz:** com relação ao
575 Fundo de Recursos Hídricos, pra que, está mais tempo participando dos processos das
576 reuniões, esse assunto ele se desenrola, se debate a todo tempo que eu conheço e
577 participo do CRH, não sei quantos anos são. Esse fundo é originário da geração de energia,
578 um recurso federal destinado diretamente numa conta do Banco do Brasil, que vai depois
579 para uma conta no Bannisul, e depois fica lá chamado de passivo. O problema de ser
580 passivo ou ativo é mais de tomada de decisão. E quando nós temos um recurso que está lá,
581 que tivemos contato dele sessenta milhões de reais parados, guardados ou não utilizados,
582 torna sempre esse assunto um assunto que volta a mesa de discussão e aqui, que na lei diz
583 que no Órgão Superior do Sistema que faz-se a destinação dos Recursos do fundo de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

584 Recursos Hídricos. É aqui que se delibera sobre aonde, quanto, quando e pra cá que
585 retornem as respostas, como gastou, em que gastou, porque gastou e se está bem isso. Em
586 2009-2010 se decidiu aqui, isso já vão fazer quatro anos, de que o Sistema de Recursos
587 Hídricos do Rio Grande do Sul, que ano que vem vai fazer vinte anos, precisava ser
588 implementado e continua precisando ser implementado. Pra implementar o Sistema de
589 Recursos Hídricos, formar Agência, ter planejamento de bacia, sistema de monitoramento,
590 outorga funcionando, sistema adequado pra ter respostas do assunto que era, já naquela
591 época estratégico e, hoje cada vez mais ele é estratégico como desenvolvimento, que está
592 no discurso de todo mundo. Essa temática tem que ser levada pra sua implementação. Lá
593 há quatro anos atrás, se estabeleceu que os recursos do FRH deveriam ser direcionados
594 preferencialmente pra que o Sistema de Recursos Hídricos fosse desenvolvido, fosse
595 colocado em prática, pra que se tivessem os usos múltiplos atendidos, se tivesse o
596 conhecimento e o domínio do planejamento das unidades de planejamento oficial do estado
597 do Rio Grande do Sul, que são as vinte e cinco bacias hidrográficas. Essa deliberação de
598 cinquenta e cinco por cento e os outros percentuais, que nem lembro de cabeça quais são,
599 era com este objetivo, continua sendo com este objetivo e quem deliberou é o CRH, que
600 definiu numa resolução sobre isso, publicou no Diário Oficial e ela continua valendo. O
601 sistema não se implantou ainda e ainda precisa de recursos para que isso se implante.
602 Então eu não entendo que esse processo tenha mudado de construção; ele continua com o
603 mesmo processo de construção e nós precisamos colocar foco. Se a Fazenda, se o
604 Planejamento tem uma visão, que talvez não seja essa, tem que botar esse esclarecimento
605 no processo. Eu só não concordo que o CRH tome decisões em cima de uma coisa que ele
606 já decidiu diferente; a menos que esse conselho que é órgão superior, pare e diga: não, nós
607 não precisamos implantar sistema, nós vamos gastar dinheiro pra dar estrutura pra aqui, pra
608 lá, pra lá, o deixa o sistema engatinhando e nós temos dez por cento pra isso. É decisão
609 daqui, decide, assume esse compromisso, publica e bota novamente a executar, enquanto
610 isso tem uma resolução que está em vigor. Eu gostaria que fosse atendido ao que está
611 escrito pelo Conselho, que são os percentuais que devem ser obedecidos. Em muitos
612 momentos esses recursos foram totalmente desviados, quando a tesoura pega nos gastos,
613 ela não pega com a mesma eficiência, a gente sabe e acompanha isso. A tesoura é mais
614 afiada em determinadas secretarias, em determinadas rubricas, em outras ele é um pouco
615 mais branda, até umas ganham reforço em determinados momentos e esse processo não é
616 um processo legal e tem que ser revisto um pouquinho isso. **Mário Rangel:** nós tivemos a
617 última reunião pra avaliação dos projetos destinados ao FRH e naquela oportunidade
618 somente a SEMA apresentou seu orçamento pra 2014. As outras Secretarias enviaram
619 esses orçamentos agora, temos aqui alguma coisa. A primeira instância pra avaliação dos
620 projetos, a pertinência delas, para o investimento destinado ao fortalecimento do Sistema de
621 Recursos Hídricos do Estado, tem que passar pela Câmara Técnica e não aconteceu isso.
622 Veio direto pro CRH, pra ser decidido votado. Enquanto presidente da CTPA eu acho que foi
623 de uma certa forma associado o direito dos componentes da CTPA de estudar, ver o que
624 está acontecendo, pra que serve, o que está sendo feito com esses valores e o que vai ser
625 destinado para o fortalecimento do Sistema de Recursos Hídricos. Eu tenho aqui em mãos e
626 resolução 44/2008, que destina cinquenta e cinco por cento dos recursos do FRH para a
627 SEMA, por quê? Por que ela faz toda a manutenção dos comitês, ações de fortalecimento
628 do sistema, implanta os Planos de Bacia, redes de monitoramento e outros programas que
629 vem contribuir com o sistema. Então eu reforço o que o Daniel falou, ou a gente segue o que
630 está colocado nesta resolução que está em vigor, sim, ou então se muda tudo. O que não
631 pode, nada contra as obras feitas pelas outras secretarias, eu acho que todas elas tem o
632 seu papel, mas tem coisas que são pontuais, que não vão fortalecer o sistema. Isso aí a
633 gente tinha que ter avaliado com os membros da CTPA e ver qual o destino a ser colocado.
634 Porque muitas das obras elas podem sim ser tiradas de outras rubricas, não existe só o FRH
635 e esse fundo vem carimbado pra utilização e fortalecimento do Sistema de Recursos
636 Hídricos e é o que não está acontecendo há quantos anos? Então a gente vai vendo isso,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

637 tipo uma caça ao tesouro, cada secretaria vai lá, pega o seu recurso, faz as suas obras,
638 enfim vai fazendo como dá. Enquanto presidente da CTPA, eu me sinto numa situação
639 delicada de não ter analisado junto com os meus pares esses orçamentos. **Secretária**
640 **Executiva Adjunta Carmem Silva:** Mário, foram enviadas as prestações de contas à
641 CTPA, só faltou a da SDR, a SOP mandou naquele dia. Hoje a SDR trouxe em mãos e
642 podemos encaminhar o que eles nos trouxeram pra CTPA, pra ser examinado. **Mário**
643 **Rangel:** Mas isso que eu quero dizer, a CTPA não teve acesso a essa documentação, ela
644 teve acesso a alguns dados, não todos, a gente não pode avaliar as coisas de uma maneira
645 compartimentada, nós temos que pegar todo orçamento, todas as propostas, ver o que é e
646 analisar o que é mais importante pra ser colocado dentro desse orçamento. Por isso que eu
647 acho que agora com a vinda do Secretário, está dentro das atribuições do Secretário do
648 fundo, elaborar esse orçamento pro fundo e auxiliado pela CTPA conseguir fazer. Agora eu
649 acho sinceramente que é complicado pra mim, enquanto presidente da CTPA, deixar essa
650 coisa passar em branco, tem que ser avaliado, não pode ser simplesmente uma peça, ah,
651 chega lá avalia, ah que legal! Espera dois três dias vem outra, ah, olha a outra! Mas eu não
652 discuti com os meus pares, existem outras pessoas que tem as suas opiniões a ser
653 colocadas e respeitados esses encaminhamentos. E quanto a resolução 44/2208, os
654 percentuais têm que ser respeitados, ou então a gente faz uma outra coisa, vamos brincar
655 de outra coisa. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Mário eu concordo contigo, é
656 que tu disseste que eles não encaminharam. Eles trouxeram as propostas e a prestação de
657 contas, só a SDR que não. E depois o combinado foi que cada secretaria que trouxe a
658 proposta teria que se adequar ao teto. E eu também concordo que tem que ser melhor
659 examinado pela CTPA. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** O que se percebe e
660 não vejo maior dificuldade em corrigir, é o estabelecimento e o cumprimento de
661 procedimentos. Talvez isso seja decorrente dessas lacunas que a gente teve, a própria falta
662 de um secretário e tal, que vai ser corrigido. Mas enfim, eu não vejo muita dificuldade, é só
663 uma questão de procedimento. A gente tem esse problema em várias áreas procedimento,
664 rito. Temos uma resistência natural a seguir ritos, mas temos que seguir. Isso pode ser
665 corrigido, não vejo muita dificuldade nisso. Agora isso me parece que não é uma via de mão
666 única, esses procedimentos precisam ser construídos com a participação de todo mundo,
667 não pode ser uma coisa de cima pra baixo. **Gilmar Carabajal:** Mário só lembrando, eu
668 também participo da CTPA e naquele dia nós não tínhamos o teto ainda, nós só tínhamos o
669 valor, tanto que eu comentado com o Júlio que o meu orçamento inicial era de vinte e dois.
670 Então naquele dia nós não tínhamos esse orçamento que foi apresentado agora, nós
671 apresentamos a estimativa dos projetos totais. Nós não conseguimos aprovar e votar
672 naquele dia porque não tínhamos cotas ainda. Estou só repassando o aporte da SOP,
673 porque eu tinha o meu valor, apresentei ele e tive que adaptar os vinte e dois milhões pra
674 onze milhões. Inclusive discutimos e votamos que o valor referente à Sema deveria ser os
675 cinquenta e cinco por cento e deveria ser aplicada a resolução, Só que o que acontece, o
676 que se apresentou lá foi o orçamento do Planejamento que foi lançado no SEO, que é o
677 Sistema de Operação de Orçamentos. **Guilherme Barbosa:** Boa tarde a todos. Nós
678 também temos sofrido, essa tesoura é grande. Eu não conheço todo o teor da resolução,
679 mas me parece que para o saneamento caberia trinta e cinco por cento. O que nós
680 recebemos afinal é menos da metade do que seria pela resolução e é igual a exatamente o
681 que tivemos esse ano, exatamente o mesmo valor. Só que dos seis milhões trezentos e
682 trinta e cinco mil reais, foram liberados dois milhões. Nós fomos rigorosamente salvos no
683 departamento de saneamento por uma outra questão: quando se montou o nosso
684 orçamento foram colocados cinco milhões de reais, que viriam do financiamento do BNDES,
685 foi aprovado pela Assembléia e depois se descobriu que no contrato com o BNDES não
686 podia ser incluído o saneamento. De repente, no começo do ano cinco milhões saíram
687 assim imediatamente e dos seis milhões que viriam do FRH ficaram dois milhões, então nós
688 íamos quase que parar. Então por iniciativa do Planejamento, passando pelo centro de
689 governo, estamos aplicando dinheiro vinculado à saúde, não do orçamento da saúde, mas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

690 recursos que podem ser aplicados no saneamento que são considerados investimentos em
691 saúde. Com isso voltaram quase cinco milhões, daqueles que tinham saído no início do ano.
692 Nós temos tido um desempenho orçamentário muito acima dos cinquenta por cento, embora
693 com a dificuldade toda que passamos, porque quem convenia com os municípios tem que
694 quase, com alguns prefeitos por no colo e outros usar um chicote é algo impressionante!
695 São poucos os que andam rápido sozinhos, a gente tem que ficar permanentemente
696 cutucando. Mas acho que nós vamos chegar perto do que nós temos disponível. O que nós
697 pretendemos fazer e que já estamos aplicando esse ano: trezentos e cinquenta mil é para a
698 constituição do Sistema Estadual de Saneamento que definiu na nossa lei 12.037, que nós
699 deveremos ter no Estado e essa lei é de 2003, muito pouco se implementou, que nós
700 deveremos ter no Estado um sistema de informação gerencial de saneamento, algo
701 parecido com o sistema nacional de saneamento. Então nós já construímos o primeiro bloco
702 com a Procergs e estamos no segundo bloco, essa é a previsão dos trezentos e cinquenta
703 mil reais. Depois vem o item que é esse de muita relação com os municípios, o sistema de
704 saneamento de pequenas comunidades, principalmente as comunidades rurais, extensão da
705 rede de água, noventa por cento, também rede de esgoto, drenagem, enfim...então que vão
706 aqueles dois milhões e quase quinhentos mil reais. Desde 2011 que a gente tem apoiado
707 muito os municípios para elaboração dos seus planos municipais de saneamento. Pela lei
708 federal o município que não tiver o plano municipal de saneamento até o ano que vem não
709 receberá recursos do Governo Federal pra saneamento. Na nossa última reunião do
710 Conselho Estadual de Saneamento nós também deliberamos que se o município não tiver o
711 plano, também não convenia com o Estado. Mas ao mesmo tempo nós temos ajudado os
712 municípios, esse valor de cem mil é simbólico praticamente, porque aplicamos em 2011 e
713 2012 em torno de três milhões de reais nesta ajuda aos municípios. Mas ficou aberto ali e
714 talvez com esse recurso vinculado a saúde, a gente amplie também em 2014 ajuda pros
715 planos. Bom, o Plano Estadual de Saneamento também faz parte da nossa lei estadual de
716 2013 que até agora não existe. Nós íamos licitar agora no dia seis, na semana passada,
717 mas por problemas no edital que nós tivemos que adiar, está marcado para vinte e dois de
718 outubro a abertura do edital para o Plano Estadual de Saneamento. No ano que vem
719 devemos gastar a metade do recurso, aproximadamente uns dois milhões de reais. Estamos
720 embalando essa futura criança com muito carinho, muito cuidado, mas acho que vai afinal
721 acontecer. Temos aqui um fundo que é apenas uma janela, uma briga que nós estamos
722 tendo, as dificuldades de saber como aplicar esse dinheiro, mas a gente deixa sempre uma
723 janela, porque queremos continuar com essa discussão. Por último temos dois itens ligados
724 a um trabalho da Corsan junto conosco, é um projeto antigo de trinta anos praticamente da
725 perfuração de poços, uma grande maioria na área rural. No ano passado perfuramos cento
726 e setenta e dois poços, esse ano vamos perfurar um número parecido, que é muito
727 importante. Então na penúltima linha temos materiais, concertos e assim por diante. E por
728 último ressarcimento a Corsan, que não é o valor todo, isso ainda vem do Tesouro uma
729 parcela parecida com essa pra ressarcimento da Corsan. Nessa relação estabelecida, a
730 Corsan entra com seu pessoal, as máquinas perfuratrizes que são antigas, mas no ano que
731 vem vamos comprar novas, são da Corsan, a Secretaria entra com equipamentos,
732 caminhões, enfim e a gente ressarcir os custos da Corsan por metro perfurado. É feita uma
733 avaliação e aquele valor é apenas a metade do que se repassa pra Corsan, nesse trabalho
734 de abastecimento da comunidade, principalmente na área rural ou também na área urbana,
735 que tem municípios bem pequenos fora da Corsan. A gente também fura pra Corsan, mas
736 daí a conta é separada, quando a Corsan precisa a gente fura, mas a conta é outra. **Carlos**
737 **Gabriel Nunes:** Boa tarde a todos. Esse ofício que está na mão dos conselheiros é uma
738 justificativa de como é a execução do orçamento dentro da SDR. São projetos de micro
739 açudes, de irrigação, de cisterna, mas, no entanto os projetos ocorrem dentro do ano de
740 2014. Existe um manual operativo do Programa de Irrigação, é feita uma distribuição da
741 meta, no valor equivalente a esses quinhentos e sessenta projetos e são distribuídos pelo
742 Comitê de Desenvolvimento Rural Regional. Lá é feita essa distribuição, posteriormente a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

743 demanda chega até os municípios e lá o município de Panambi, por exemplo, vai ser
744 contemplado com dez projetos. De lá vão vir os nomes dos beneficiários, os projetos serão
745 elaborados pela Emater e posteriormente esses projetos serão financiados pelo FEAPER,
746 isso que vai acontecer. Então a gente justifica através desse ofício como vai fazer a
747 utilização desses recursos. Isso vai se desenrolar durante o ano de 2014. Junto com esse
748 ofício veio o outro de aplicação dos recursos de 2013 que está quase chegando ao valor,
749 conforme os próximos dias a gente vai complementar com o restante do convênio e vamos
750 alcançar esse valor de recurso alocado. Isso vai acontecendo em etapas conforme o nosso
751 manual operativo próprio e durante o ano de 2014 acontece toda a efetivação do gasto
752 desse recurso, que também tem aporte de recursos do tesouro livre e do FRH. Estou à
753 disposição pra qualquer esclarecimento. **Daniel Schmitz:** Aqui onde constam recursos dos
754 projetos via FEAPER, esses recursos retornam depois? **Carlos Gabriel Nunes:** Ele é
755 repassado ao FEAPER. É a mesma questão que o Guilherme Barbosa levantou, que é
756 muito complicado fazer convênios com os municípios, acontece exatamente como ele falou.
757 Tem que ir lá no município para o prefeito assinar o convênio. O que aconteceu: houve uma
758 crise de conseguir fazer esse repasse de recursos, o que aconteceu: Foi decidido na Sala
759 de Gestão do Governo do Estado, que vai ser repassado FEAPER, que é um fundo que a
760 SDR mantém e é uma forma de repassar ao produtor individualmente, passar um por um o
761 subsídio daquele projeto. O dinheiro é repassado ao fundo e depois é feito um
762 financiamento ao produtor. **Daniel Schmitz:** E o que compõe esse fundo é esse recurso do
763 Fundo de Recursos Hídricos? Os recursos do FRH, depois que o produtor fizer a utilização
764 dele, ele retorna ao FEAPER. **Carlos Gabriel Nunes:** Vinte por cento vai financiar um valor
765 que vai ser subsidiado em oitenta por cento e esse valor vai ser pago ao FEAPER
766 novamente. **Daniel Schmitz:** O FRH entra com essa parte dos oitenta por cento. **Carlos**
767 **Gabriel Nunes:** Sim. **Eduardo Leão Freitas:** Os recursos do FRH vão pra secretaria
768 através de convênio, o recurso não retorna. Através do FEAPER que é um financiamento,
769 vai retornar vinte por cento. O que acontece na secretária: o recurso ao invés de ir pra
770 convênio vai pro FEAPER, que é um outro fundo estadual. Então, desse recurso que está lá
771 no fundo, apenas vinte por cento retorna. O produtor ou a prefeitura retorna vinte por cento
772 do recurso, se pagar em dia. **Daniel Schmitz:** Quando ele busca esse financiamento, o
773 FRH não é o único fundo que contribui pra ele executar o projeto? **Eduardo Leão Freitas:**
774 Não. Vamos lembrar assim: os quatro milhões e quinhentos saem do fundo e vai pro
775 orçamento da secretaria. A secretaria pode fazer convênio com os municípios, certo? Não
776 vai ser o sistema de convênio, vai ser através de financiamento. Então esse recurso que
777 está lá na secretaria, que sai do outro fundo, dos quatro milhões e meio de reais, é
778 transferido para o FEAPER. **Daniel Schmitz:** Só ele? Ou tem mais quatro milhões e meio
779 esperando lá? **Eduardo Leão Freitas:** Não, entram sempre aqueles dez milhões que a
780 secretaria vai aplicar. **Daniel Schmitz:** Não necessariamente a gente esteja colocando
781 recursos do FRH pra dentro do FEAPERS. **Eduardo Leão Freitas:** Não, não. **Daniel**
782 **Schmitz:** Ele é o fundo perdido. **Eduardo:** Com certeza. **Daniel Schmitz:** Vocês têm uma
783 projeção de quantas famílias e quantas pessoas esse programa vai atender? **Carlos**
784 **Gabriel Nunes:** Com esse recurso a possibilidade é de atender quinhentos projetos. Cada
785 projeto a gente encara como uma família. Então vão ser atendidas quinhentas e sessenta
786 famílias com uma cisterna, um sistema de irrigação ou um micro açude que se confirme
787 nessa propriedade. A composição está escrita no início do ofício onde diz que são dez
788 milhões. O restante, a diferença dos quatro milhões e meio é o tesouro livre que também
789 compõe o FEAPER. Esse é um dos programas, de um dos departamentos da secretaria. A
790 secretaria tem sete departamentos, tem uma execução orçamentária, só reforçando, a
791 nossa execução orçamentária de 2012 chegou a noventa por cento, ela foi altíssima. O
792 FEAPER atende toda a cadeia de agricultores familiares, indígenas, quilombolas e
793 assentados da reforma agrária. Isso é uma parte do trabalho da secretaria. **Paulo Robinson**
794 **da Silva Samuel:** Diante das apresentações, a gente vê que nessa época sempre vem na
795 mesma discussão. Nós não conseguimos avançar como desejávamos, eu acho que agora



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

796 Macagnan, tu estando aí, mas como falei no início que o trabalho é árduo, grande. Vou
797 começar aqui primeiro com um elogio pra SDR, que algo que eu venho cobrando. A nossa
798 unidade de planejamento, de acordo com a constituição que a gente trabalha aqui, é a bacia
799 hidrográfica. A meu ver o Planejamento, a Fazenda deveria ler a constituição e aplicar os
800 seus recursos de acordo com a Bacia Hidrográfica. Aqui eu venho cobrando e pena que o
801 Guilherme saiu, mas eu tenho cobrado lá na Secretaria, porque lá eu sou o vice-presidente
802 do Conselho de Saneamento e eu digo: Guilherme quando tu vai lá e pede dinheiro pro
803 recurso, vocês não trazem aqui a informação onde é que foi aplicado o recurso. E a meu
804 ver, se ele for aplicado lá na bacia onde o Roberto é presidente, por isso eu cumprimento
805 vocês, porque está sim trazendo retorno, mas falta uma coluna. Qual é a bacia hidrográfica
806 que vocês estão aplicando? O pessoal aqui da Obras, o presidente do comitê sabe que tal
807 barragem é no seu comitê, mas nós conselheiros precisamos saber também onde é que
808 está sendo aplicado. Porque agora vocês viram que estão saindo os planos de bacia. Os
809 planos de bacia têm "n" ações. Se aquelas barragens estão saindo lá, na hora de fazer as
810 ações e definir o plano, o pessoal da empresa e os comitês é que precisam saber. Então eu
811 peço encarecidamente que no próximo ano venham aqui as prestações de contas pra gente
812 saber onde é que está sendo feito. Nós não vamos lá saber com os prefeitos, mas gente
813 que faz a gestão da bacia precisa saber onde está indo, qual é o município. Lá em Feliz,
814 que eu vi que foi aplicado quatorze mil, a Tânia precisa saber que o prefeito de lá aplicou o
815 dinheiro. Secretário Perelló, essa parte que as Secretarias, a SEFAZ e a SEPLAG precisam
816 saber, que é cinquenta e cinco, trinta e cinco e dez. E como o Mário falou, se não for isso aí,
817 se não tiver capacidade pra gastar isso aí, nós temos que mudar isso aí. E aí é dentro desse
818 conselho que nós temos que fazer isso. Bom, se a nossa capacidade aqui, do meio
819 ambiente, no caso vamos trabalhar com cinquenta milhões e eu não tenho capacidade de
820 gastar vinte e cinco milhões, bom gente, então eu vou ter que gastar só oito milhões. E aí a
821 gente vai ter que refazer esses percentuais, porque nós temos aqui uma resolução de 2008,
822 definida e decidida neste conselho, e aí eu sou um pouco legalista, por isso a minha fala no
823 início, então a gente está brincando aqui, definindo e decidindo ilegalmente até em cima de
824 uma resolução. Então eu peço a todas as secretarias que vieram aqui solicitar o recurso,
825 que tragam a prestação de contas para este conselho para o próximo ano. Essa é uma
826 solicitação nossa, do comitê Gravataí e eu tenho certeza que todos os membros dos outros
827 comitês gostariam de ter essa prestação de contas. E os prazos também devem ser
828 obedecidos. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Na resolução diz que as
829 prestações de contas são bimestrais e o certo seria ir pra CTPA. **Paulo Robinson da Silva**
830 **Samuel:** Se é bimestral tem que fazer prestação de contas, tem que vir feito um informativo
831 pra esse conselho, porque estamos trabalhando com dinheiro, recurso público, que não é
832 pouco. Então, é uma solicitação nossa aqui, dos comitês, como coordenador adjunto do
833 Fórum eu estou puxando essa solicitação. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:**
834 Esses procedimentos podem e devem até estar previstos em uma resolução, pode ter uma
835 resolução que prevê esse rito de encaminhamento, isso precisa ser acordado aqui. Eu
836 trabalho com planejamento da conservação e lá usamos um método que se chama
837 planejamento adaptativo ativo. Isso foi desenvolvido dentro da biologia da conservação, mas
838 serve pra qualquer outra área e ele reeduca a gente no seguinte aspecto: quando a gente
839 trata com as questões legais e de procedimentos, às vezes temos que rever nosso
840 comportamento com relação a essa necessária e imprescindível flexibilidade, que nós temos
841 que ter para tornar as coisas também flexíveis. Essa resolução possivelmente foi resultado
842 de um momento e nada impede que ela seja revista. O planejamento adaptativo ativo é isso,
843 você toma a decisão, monitora, olha os resultados e se o resultado não foi aquele esperado,
844 você imediatamente mexe na tua conduta. Isso serve pra qualquer área. A gente às vezes
845 resiste um pouquinho, isso eu vejo muito nos planos de manejo das unidades de
846 conservação que são construídos e as pessoas têm uma resistência, inclusive, de rever o
847 plano cinco anos depois. Mas ele é pra isso mesmo, porque mudou o entorno da unidade,
848 hoje temos coisas que não tínhamos a cinco, seis anos, mudaram os gestores, mudou a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

849 qualificação das pessoas, mudou a própria legislação e a gente tem que rever coisas. A
850 gente tem que meio se reeducar um pouco pra isso. Então, vocês mesmos podem
851 encaminhar pra CTPA pra prever um procedimento pra isso, tem que construir isso, senão
852 fica meio solto. **Daniel Schmitz:** Estava em construção o manual do Fundo de Recursos
853 Hídricos. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** Então, se retoma quem sabe.
854 **Adilson Steffens:** sou da área da administração e nessa área chamamos isso de PPCA:
855 planejar, depois vai pra prática, depois verifica, faz o controle pra ver se isso está realmente
856 acontecendo e depois tu faz um novo planejamento e pode readequar. Isso é possível e
857 importante de ser feito. Eu participo da CTIJ e nós tomamos uma posição lá, que é: uma
858 regra enquanto ela vale, tem que ser aplicada. Tu queres mudar a regra? Beleza vamos
859 mudar. Mas ela vale só depois da mudança. A alteração, a mudança, vale depois que ela
860 mudou. Nós temos hoje uma regra hoje em vigor, assim como no processo das eleições dos
861 comitês. Boa parte dos comitês e nós em nome dos comitês defendemos que vale o
862 regulamento interno do comitê. Porque enquanto o regulamento interno do comitê diz que é
863 uma, duas, ou não diz nada, a gente está observando e nós em nome dos comitês estamos
864 observando o que diz o regulamento interno. Bom, temos uma regra para distribuição dos
865 recursos do FRH, eu sou parecer favorável, não direito a voto, que se obedeça a essa regra,
866 até que ela mude. **Roberto Macagnan:** se tem o entendimento do CRH que tem que
867 aplicar a resolução, o que nós temos que fazer é contatar com a Secretaria de Planejamento
868 e tentar adequar o orçamento à resolução. Tem que fazer um movimento político com a
869 SEPLAG. Independente disso penso que todos os projetos que estão ligados ao FRH,
870 sendo eles de qual secretaria for, eles têm que passar pela CTPA que discute essas
871 questões. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** Há tempo pra isso? **Roberto**
872 **Macagnan:** Isso temos que discutir com a SEPLAG, mas normalmente o estado primeiro
873 joga os números de acordo com seu orçamento geral e depois faz uma readequação. E aí
874 cada secretaria tem que justificar alguma mudança nesse orçamento que é proposto
875 inicialmente, até que ele vai pra Assembleia pra ser votado. Não sei exatamente qual é o dia
876 que ele vai a votação. **Daniel Schmitz:** nós estávamos em reunião hoje com o Fórum
877 Gaúcho de Comitês e dialogando com o DRH, temos ouvido notícias de que vai acontecer
878 um diálogo mais aprofundado a nível de governo, com relação a implementação da política
879 de recursos hídricos. Em breve deverá ter uma discussão especial dentro do Conselho e
880 outros encaminhamentos em relação a isso, pra ver o entendimento. Eu acho pertinente que
881 se faça uma reavaliação dos valores da própria SEMA, porque no momento que tiver o
882 apontamento de que o Plano Estadual de Recursos Hídricos tem que ser revisto, ele vai
883 precisar de recursos pra ser revisto, pra que tenha um instrumento oficial, que vá passar
884 pela Assembléia, com conteúdo, que a gente possa confiar nele. Há diversas necessidades
885 que poderão aparecer por decisões estratégicas de governo. A gente não pode deixar em
886 branco. Então, nós temos que rever essa posição com relação a isso, algumas rubricas que
887 deverão estar incluídas nesse processo, que até sexta-feira eu gostaria que fosse talvez
888 reavaliada estrategicamente e recolocadas, não no nível dos oito milhões e podar algumas
889 coisas pra colocar outras, mas sim, acrescentar: olha estrategicamente precisamos de um
890 Plano Estadual, precisamos alguns outros instrumentos que nós vamos ter que abrir mão
891 pra colocar dentro desse orçamento e que seja engordado o orçamento da SEMA, pra que
892 não fique descoberto depois de uma decisão política sem ter respaldo financeiro de um
893 fundo que é pra isso, pra atender a política de recursos hídricos. **Mário Rangel:** na
894 realidade não foram observados os prazos pelas secretarias. Eu não sou conselheiro, não
895 tenho poder de voto, mas enquanto presidente da CTPA acho que chega de se fazer essas
896 coisas de: ah, não deu, então vai assim mesmo e vamos tocar. Agora por outro lado a gente
897 também tem prazos e não se pode perder os recursos por esse motivo. Eu não quero que
898 digam: Ah, o presidente da CTPA foi lá e aí não conseguimos os recursos, enfim, acabou os
899 recursos hídricos. Então eu deixo nas mãos de vocês conselheiros essa decisão. Eu acho
900 que deveria passar pela CTPA, mas como foi colocado, não tem tempo, porque deveria
901 passar lá, avaliar, chamar uma reunião do CRH e aprovar. Mas não tem como. Agora por



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

902 outro lado, eu acho que se atropelou a CTPA, ela não conseguiu fazer todas as vistas,
903 vasculhar pra ver o que realmente é e o que não é, então foi atropelada. Agora também não
904 vou aqui ser mais real que o rei. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** eu tenho
905 esse entendimento também. Os senhores conseguiram olhar o que está sendo apresentado
906 nos orçamentos. Pelo que eu observei, não há nada muito fora do que se espera de
907 aplicação com o fundo, não tem nada absurdo ali. Em que pese não haver um
908 detalhamento, uma discussão maior da CTPA, não há nada absurdo ali, pelo que pude
909 perceber. Existe uma clara disposição de que esses procedimentos têm que ser revistos,
910 isto já foi visto aqui. Não tinha procedimentos, por isso fica difícil cobrar data das pessoas,
911 em que pese que está na resolução, esse tipo de coisa. Então, por conta disso, sob pena da
912 gente comprometer o processo, se encaminha a votação, hoje é quarta-feira, isso tem que
913 estar na Assembléia na sexta-feira, se encaminha votação com base nisso, ficando aqui o
914 compromisso desde já, de que esse tema tem que ser tratado de maneira prioritária pra que
915 a gente não repita esse procedimento que não condiz com o que está posto nos
916 regulamentos. É o encaminhamento que eu posso deixar e está aberto a manifestações.
917 **Júlio Salecker:** é quase radical o que vou falar, ou é radical mesmo: eu acho que nós
918 devíamos aprovar aqui o que passa na regra. Vou fazer uma proposição: os que estão com
919 o orçamento abaixo ou igual o que diz na regra, se aprova, e quem está acima, se aprova
920 até o que está na regra. Digamos que apresentou quatorze milhões, mas doa trinta e quatro,
921 "X" por cento dá só dez, linha de corte nos dez. O problema não é o agora, o problema é o
922 depois. Depois começa a tesoura pegar e pega desproporcional, como já pegou em outros
923 anos e no fim aquela secretaria que não devia estar com tanto dinheiro agora, vai ficar com
924 mais dinheiro depois. Então se nós devemos ser justos, e temos que ser, porque tem um
925 regramento, vamos usar ele como linha de corte. Se está sendo considerado trinta e quatro
926 milhões, ok! A Sema pode ir até cinquenta e cinco por cento e que as outras também
927 obedçam seu percentuais Temos que fazer cumprir a regra. A minha proposta é que gente
928 não vote aqui uma ilegalidade, nós vamos estar votando uma ilegalidade. **Roberto**
929 **Carvalho:** a regra existe e nós fomos atropelados pelos prazos, mais uma vez, é a segunda
930 vez que eu participo da CTPA e pelo segundo ano consecutivo vem esse atropelo. Então
931 agora com a figura do nosso secretário executivo, que ele seja bem vindo, acho que esse é
932 um trabalho que ele pode organizar e que no próximo ano a gente não esteja com esse
933 mesmo nível de discussão aqui, se vamos votar ou não vamos votar, dia 15 agora tem que ir
934 pra Assembléia e não temos mais prazo pra nada. Eu acho que devemos votar hoje, com
935 certeza. Mas para o futuro vamos rever a regra, vamos abrir essa discussão de uma vez.
936 Mas hoje a gente precisa votar, sem dúvida. **Fabício Diretor Adjunto da AGDI:** não tenho
937 procuração pra defender os projetos da SOP, nem da SDR, nem de outras, mas vou na
938 mesma linha que o colega falou a pouco. Os projetos que vimos são importantes para o
939 Estado, tanto a questão dos poços, como das barragens e outros. Todos estão dentro da
940 área de abrangência do FRH, recursos hídricos e de saneamento também. Também
941 entendo essa questão das normas e resoluções, só que em função do prazo, acho que nós
942 não podemos perder essa oportunidade de utilizar esses recursos em projetos importantes
943 para o Estado. **Paulo Robinson Samuel:** Prazos existem, vocês mais do que nós sabem
944 dos prazos do Planejamento e mais uma vez eu peço, que no próximo ano nós não
945 tenhamos todo esse tempo de discussão. Espero que todos estejam nos seus cargos no
946 próximo ano e que se defina uma metodologia e aí é uma questão política do Governo, que
947 se precisar o apoio dos comitês, vocês terão, pra ir conversar. Precisamos de uma
948 metodologia e se precisar mudar, nós mudamos, não tem problema, mas temos que
949 construir isso. Essa é a minha posição e eu gostaria também de ver se temos quorum.
950 **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva** conferiu o quorum. **Presidente Luiz**
951 **Fernando Carvalho Perello:** temos duas propostas: uma de aprovar como está, com os
952 valores que foram apresentados aos senhores, como os projetos foram encaminhados e a
953 outra é uma proposta que aprova os orçamentos, observados os limites que estão postos na
954 resolução. Temos dois votos para a primeira proposta, que é de aprovar os orçamentos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

955 com os valores que foram apresentados. Aprovada com nove votos a segunda proposta,
956 que é de aprovar os orçamentos, observando os valores postos na resolução. As secretarias
957 agora precisam adequar esses valores conforme os percentuais. **Item 05 – Sugestões dos**
958 **Comitês para as Câmaras Técnicas:** como as Câmaras Técnicas de Gestão da região do
959 Guaíba, Uruguai e Litorânea estavam sem pauta, nós pedimos aos comitês que sugerissem
960 e essas sugestões foram enviadas pra vocês. O que vocês acharam, principalmente o
961 pessoal dos comitês? Vou ler as sugestões: o real papel do Comitê de Bacia, sugestão do
962 Comitê Ijuí. Vocês aprovam que seja tema de pauta? **Daniel Schmitz:** dentro dessa pauta
963 foi pedido para que todos os comitês se pronunciassem, com relação à temática que
964 achassem importante pra sua região hidrográfica. Temos três regiões hidrográficas no RS: a
965 Litorânea, do Uruguai e a Guaíba. Dentro dessa proposição os comitês colocaram algumas
966 idéias. Tem regiões hidrográficas com temas muito específicos pra trabalhar e tem outras
967 que talvez não tivessem, então tem diversas necessidades disso. Eu acredito que seria
968 como encaminhamento, que chamadas as CTs de Gestão de cada uma das regiões e
969 dentro das CTs que são compostas oficialmente dentro do CRH, lá se defina essa pauta.
970 **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Não é assim que se define. As CTs atendem
971 demandas do CRH. **Daniel Schmitz:** essa é uma demanda que vai ser colocada pra elas.
972 Porque o CRH dizer que a região do Guaíba tem que conversar sobre Agencia de Bacias
973 Hidrográficas, que tem que conversar sobre formas de gestão da região sem ter as
974 informações, acho complicado que o CRH tome essa decisão, mas que possa vir lá da
975 Câmara Técnica, “*é essa a informação melhor construída*”, do que simplesmente só a
976 opinião de temas que são jogados lá dentro, até pra nós decidirmos, acho que seria o
977 melhor encaminhamento. A Câmara Técnica do Guaíba faz um ano e alguns meses que não
978 se reúne e ela precisa voltar a se reunir, ou nós vamos esperar de novo que morram peixes
979 no Sinos, pra de novo conversar sobre esse negócio e também tem o processo de gestão
980 da região do Guaíba. A região do Uruguai tem uma temática bem clara que está sendo
981 trabalhada sobre o Comitê Federal. Então tem temáticas que estão muito claras ali. Acho
982 que o CRH jogar pra essas câmaras os assuntos, acho que nesse momento a primeira
983 posição clara é que as CTs definam as suas principais ações a serem tomadas, aí elas
984 venham para o CRH e a partir se daí comece todo esse trabalho. **Secretária Executiva**
985 **Adjunta Carmem Silva:** Isso aqui foi pra provocar, porque eu cobro, o CRH manda e-mail
986 para os presidentes das CTs e eles dizem que não tem pauta. **Daniel Schmitz:** Na região
987 hidrográfica do Guaíba não há coordenação. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:**
988 Então vamos marcar as reuniões, definir os prazos? **Daniel Schmitz:** Tem que marcar e
989 gerar a pauta. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Exatamente, porque senão
990 vai ficar parado. A região do Uruguai tem pauta. A Litorânea faz muito tempo que não se
991 reúne. Agora temos todos os comitês do litoral instalados. O Secretário Neio instalou
992 oficialmente o Comitê Mampituba no dia trinta e um de julho. Qual é a data que vocês
993 sugerem? Temos que ter um prazo pras Câmaras Técnicas se pronunciarem, já que é esta
994 a sugestão do Fórum. Pode ser um prazo de quinze dias? Ou vocês podem se reunir, ou
995 discutir através do FGC. **Daniel Schmitz:** Não Carmem, Câmara Técnica é do CRH e o
996 CRH tem que marcar, vai ter reunião da CT daqui a quinze dias e ponto, definido. Chama a
997 CT e resolve. **Secretária Executiva Carmem Silva:** Só que não vou chamar todas as CTs
998 no mesmo dia. **Daniel Schmitz:** Não, chama essas de gestão. **Secretária Executiva**
999 **Adjunta Carmem Silva:** Sim, só que não no mesmo dia, porque nós não temos local, não
1000 tem como a gente andar pra lá e pra cá e são reuniões individuais. **Presidente Luiz**
1001 **Fernando Carvalho Perello:** vamos por em votação que esses encontros ocorram até trinta
1002 de setembro. Aprovado por unanimidade. **06. Solicitação de alteração da Composição do**
1003 **Comitê Ijuí.** A Secretária Carmem informa que recebeu o Of. 42/14-Comitê Ijuí
1004 comunicando a aprovação pela Comissão Permanente de Assessoramento e plenária do
1005 Comitê a alteração das categorias, a fim de remanejar as vagas que ficavam em aberto e
1006 solicitando aprovação do CRH. Colocado em aprovação, solicitação aprovada por
1007 unanimidade. **Assuntos gerais – Daniel Schmitz:** eu gostaria de, em nome dos comitês do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

1008 RS, e na articulação com o Governo do Estado e com o DRH, convidar o CRH, lembrar que
1009 de quatorze a dezoito de outubro, nós teremos aqui em Porto Alegre o Encontro Estadual de
1010 Comitês de Bacias Hidrográficas e o Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica,
1011 na FIERGS. São encontros em que os Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil, vem ao
1012 RS discutir a gestão em termos de cooperação pelo uso da água, porque isso é o tema
1013 internacional da água, onde usuários da água, Governo e população reforçam o seu vínculo
1014 para que aja cooperação para garantir os usos múltiplos das águas. O Governo certamente
1015 vai estar fazendo um convite oficial e nós contamos com a presença do CRH, prestigiando e
1016 participando. Lá haverá diversas palestras, debates e diálogos com os comitês de todo o
1017 Brasil. Então de quatorze a dezoito de outubro, coloquem na sua agenda. **Paulo Robinson**
1018 **Samuel:** esse mês nós perdemos um grande companheiro aqui nos recursos hídricos, o
1019 doutor Manuel Ramalho. Ele representava o setor de navegação, fazia parte do comitê
1020 Gravataí, do Lago Guaíba, do Caí e mais alguns outros comitês. O doutor Ramalho tinha
1021 mais de oitenta anos, militava no sistema, uma pessoa sempre presente. Na nossa última
1022 reunião em Viamão, mesmo caindo água ele pegou o ônibus, desceu lá em Viamão e foi pra
1023 reunião. Ontem no Gravataí fizemos um minuto de silêncio lá em memória às boas
1024 lembranças do doutor Ramalho. Aqui eu sugiro um manifesto, ou um ofício do CRH, uma
1025 menção a entidade a qual ele representava, o saudando como um grande colaborador do
1026 sistema, não dentro desse conselho, mas sempre presente quando precisávamos dele.
1027 **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perello:** A Secretaria providenciará a moção de
1028 pesar. **Diretor Marco Mendonça:** Eu soube agora que o Conselhão vai fazer uma
1029 discussão, no dia vinte e três e vão encaminhar um convite para que os conselheiros do
1030 CRH participem. A Carmem deve estar recebendo esse convite em seguida e vai repassar
1031 pra vocês. **Daniel Schmitz:** tivemos a oportunidade, o Paulo Robinson e eu, de participar da
1032 Reunião do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional dos Comitês, em Fortaleza, diante
1033 do Encontro Internacional de Organismos de Bacia, e naquela oportunidade nós tivemos
1034 contato com uma Diretora do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Essa
1035 Diretora nos chamou, sabendo que éramos membros de Comitês de Bacia do RS, pra nos
1036 contar uma novidade que vai ser anunciada e ouvir a nossa opinião. Nesse mês de
1037 setembro vai haver uma votação na Câmara e no Senado, da criação da Segunda
1038 Superintendência do DNOCS fora do Nordeste. E essa superintendência do DNOCS vai vir
1039 ao Rio Grande do Sul. Vamos ter aqui uma instituição federal que vai tratar obras de
1040 combate à seca. Já está acordado na Câmara dos Deputados, pela bancada nordestina,
1041 que tinha resistência em abrir mão dessa situação, que trabalhava a seca, nós trabalhamos
1042 por aqui com estiagem. Ela ficou bastante contente quando dissemos que teriam todo o
1043 apoio dos Comitês de Bacia do RS, para que viesse essa estrutura de apoio a produção
1044 rural e o combate a estiagem. Possivelmente virão trazer essas novidades no Encontro
1045 Nacional, e certamente o Governo vai fazer o anúncio, porque é uma articulação do
1046 Governo Tarso e da bancada gaúcha na Câmara dos Deputados. É sempre bom ouvir
1047 notícias boas, de coisas que estão acontecendo e que vão vir para o nosso estado.
1048 **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perello** encerrou a reunião.